

1º TABELIONATO DE PROTESTOS DE TÍTULOS
PORTO ALEGRE/RS

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS

O Tabelião do 1º Tabelionato de Protestos de Títulos de Porto Alegre, Evandro Nogueira de Azevedo, estabelece a presente Política de Privacidade de Dados, no intuito de cumprir sua finalidade pública com transparência, segurança e eficácia.

1) OBJETIVO

A presente política de privacidade descreve o tratamento dos dados pessoais, bem como os procedimentos adotados neste Tabelionato, com observância às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

A política de privacidade é aplicada aos serviços providos pelo site do 1º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre assim como aos serviços disponibilizados na sede do Tabelionato, localizado a Avenida Independência, 925 – 2º andar, em Porto Alegre/RS.

2) DA COLETA DOS DADOS PESSOAIS

A coleta de dados pessoais é restrita ao mínimo necessário, realizada pelos prepostos do Tabelionato, presencialmente ou eletronicamente, com a finalidade de execução dos serviços solicitados pelo cliente e/ou em atenção a requisitos legais da atividade notarial.

Considerando a utilização de dados pessoais estritamente necessários ou compulsórios ao exercício das atividades previstas, **não são coletados dados sensíveis** de qualquer natureza.

Considerando os requisitos legais expostos no Provimento 61/2017, publicado pelo CNJ, o Tabelionato está obrigado a efetuar a completa qualificação das partes interessadas, de modo que poderá requisitar o fornecimento do endereço eletrônico, nome, domicílio e identificação CPF/CNPJ, entre outras informações. Neste contexto, não há obrigatoriedade de fornecimento de números de telefone e/ou celular, no entanto, ficará privado do recebimento de informações e possíveis contatos nestes canais por parte do Tabelionato.

O Tabelionato processará os dados pessoais de forma legal, justa e transparente em relação aos seus titulares, considerando as determinações do Provimento nº 028/2021 – CGJ, que dispõe sobre o tratamento e proteção de dados pessoais no âmbito dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Federal nº 13.709/18).

3) FINALIDADE E TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais é destinado à prática dos atos notariais nos limites dispostos na legislação aplicada a atividade de protesto de títulos, bem como nas obrigações trabalhistas, sendo promovido de forma a atender sua finalidade pública, no cumprimento das atribuições legais e normativas do serviço público.

Na hipótese de tratamento de dado pessoal não previsto por requisito legal haverá comunicação ao titular sobre a natureza e a finalidade do referido tratamento, condicionada a operação somente com a demonstração legal de seu consentimento.

Os dados armazenados no 1º Tabelionato são protegidos em conformidade ao Provimento nº 74/2018, do CNJ, que dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil, assim como às adequações delimitadas no Provimento nº 028/2021 - CGJ.

O tratamento de dados pessoais ocorre em todas as etapas do processo notarial, notadamente identificados pela LGPD como acesso, recepção, classificação, utilização, modificação, eliminação, reprodução, transmissão, distribuição, o processamento e o arquivamento. Entre as atividades inerentes ao exercício notarial de protesto, enquadradas no tratamento de dados pessoais, estão:

- a) Recepção/apontamento de títulos para protesto, considerando que dados são enviados ou fornecidos por entidades financeiras, centrais de distribuição de protestos, convênios, prefeituras ou interessados em geral.
- b) Localização com entrega de intimação a parte devedora através de endereço fornecido pelas entidades identificadas no item anterior.
- c) Protesto de títulos cujas dívidas não tenham sido quitadas, considerando o tríduo legal após a efetiva notificação.
- d) Recebimento do pagamento de títulos/dívidas através de instituições bancárias, cartão de crédito ou outros meios de pagamento autorizados.
- e) Cancelamento de protesto de títulos, conforme solicitação e fornecimento de documentação adequada comprovando a quitação dos títulos.
- f) Envio automático de registros de cancelamento às entidades de crédito autorizadas.
- g) Negativação, ou seja, envio de informações de protesto às entidades de crédito autorizadas.
- h) Emissão de Certidões: positivas, negativas, de apontamento entre outras.
- i) Emissão de recibos para qualificação da solicitação do serviço.
- j) Armazenamento e conservação de documentos em adequação ao Provimento n.º 50/2015 do CNJ.

Os dados pessoais tratados nas atividades mencionadas podem incluir:

- Nome da parte devedora e/ou interessada.
- Endereço eletrônico da parte devedora e/ou interessada.
- Identificação da parte devedora e/ou interessada, mediante CPF/CNPJ.
- Domicílio e residência da parte devedora e/ou interessada.

No que se refere à navegação no site do Tabelionato é imprescindível à observância a presente Política de Privacidade, cuja finalidade é descrita a seguir:

a) Pedido de Certidão

Os dados coletados no Pedido de Certidão serão tratados com a finalidade de identificar, analisar e proceder aos pedidos de certidões adequando-os a solicitação para envio através do Correio ou e-mail, assim como solicitação de Certidões para terceiros.

Os dados pessoais solicitados podem incluir:

- Nome da parte interessada.
- Identificação parte interessada.
- Nome solicitado para emissão da Certidão.
- Identificação solicitada para emissão da Certidão.
- Endereço eletrônico para contato da parte interessada.
- Telefone de contato da parte interessada.
- Domicílio e residência para envio da Certidão, em caso opcional.

b) Links externos

O site do Tabelionato disponibiliza links para páginas pertencentes a outros sites/domínios, relativos a serviços de protesto, apenas para fins de conveniência aos interessados. As operações e o conteúdo desses sites são de responsabilidade exclusiva de terceiros, sendo sua utilização, por outro lado, de total responsabilidade do interessado em acessá-los.

c) Cookies

Os arquivos denominados “cookies” são armazenados em seu dispositivo no momento da utilização dos serviços do site do 1º Tabelionato, nos seguintes endereços de internet:

- www.primeirotabelionato.com.br
- www.1tab.not.br
- www.1tab.com.br

Alguns Cookies podem ser identificados como do tipo “Sessão”, nestes casos, ocorre eliminação automática no momento em que o navegador é fechado, tornando-se sem efeito. Através da categoria denominada de “Domínio” podem-se identificar os arquivos utilizados pelo próprio Tabelionato ou de origem de terceiros, como por exemplo, originados da utilização de exibição de vídeos pelo “Youtube”.

A tabela a seguir identifica a duração, domínio e finalidades relacionadas aos Cookies utilizados:

Cookie	Domínio	Duração	Finalidade
_ga	.primeirotabelionato.com.br	2 anos	Associado ao Google Universal Analytics. É utilizado para distinguir usuários únicos, atribuindo um número gerado aleatoriamente como um identificador de cliente em cada solicitação de página, mapeando o uso do visitante e da sessão para fins de relatórios analíticos do site.
_gid	.primeirotabelionato.com.br	1 dia	Definido pelo Google Analytics. Ele armazena e atualiza um valor único para cada página visitada e é usado para contar e rastrear visualizações de página.
_gat	.primeirotabelionato.com.br	1 minuto	Associado ao Google Universal Analytics, de acordo com a documentação que é usado para controlar a taxa de solicitação - limitando a coleta de dados em sites de alto tráfego.
YSC	.youtube.com	Sessão	Definido pelo YouTube para rastrear visualizações de vídeos incorporados.
VISITOR_INFO1_LIVE	.youtube.com	6 meses	Definido pelo Youtube para acompanhar as preferências do usuário para vídeos do Youtube incorporados em sites; ele também pode determinar se o visitante do site está usando a versão nova ou antiga da interface do Youtube.
IDE	.doubleclick.net	2 anos	Definido pela Doubleclick e contém informações sobre como o usuário final usa o site e qualquer publicidade que o usuário final possa ter visto antes de visitar o site.
popup_message_displayed	primeirotabelionato.com.br	Sessão	Utilizado apenas para controlar a exibição do popup de alerta e avisos do site.

Os demais serviços disponíveis no site não solicitam ou utilizam dados pessoais. Além disso, o site do 1º Tabelionato de Protesto de Títulos de Porto Alegre não utiliza ou efetua propaganda de/para terceiros utilizando-se dos dados coletados.

4) FINALIDADE E TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É possível a ocorrência de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, destinados exclusivamente à prática dos atos notariais para fins de Apostila de Haia ou Certidão, sendo que não há necessidade de consentimento específico dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, tendo em vista a adequação às atribuições legais e normativas do serviço público referentes a tais atos notariais.

1º TABELIONATO

PROTESTO DE TÍTULOS

5) ARMAZENAMENTO E ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento dos dados é mantido durante o tempo necessário para a execução das atividades notariais de protesto, sendo que livros oficiais e dados serão preservados, em cumprimento à sua finalidade pública, conforme previsão no Provimento n.º 50/2015 do CNJ.

Segundo o respectivo provimento, após o período indicado como “Prazo de Guarda”, o respectivo documento deve ser eliminado.

Código	Assunto	Prazo de Guarda	Observação
3-4	TABELIONATO DE PROTESTO		
3-4-1	LIVROS		
3-4-1-1	Protocolo	3 anos	Base Legal: Art 36 - Lei 9492/97
3-4-1-2	Registro de protesto	10 anos	Base Legal: Art 36 - Lei 9492/97
3-4-2	COMPROVANTES DE PAGAMENTO DE CREDORES, DE DEVOLUÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	1 mês	Base Legal: Art 35 § 1, III - Lei 9492/97
3-4-3	INTIMAÇÕES E EDITAIS		
3-4-3-1	de documentos protestados	1 ano	Base Legal: Art 35 § 1, III - Lei 9492/97
3-4-3-2	de títulos pagos ou retirados	6 meses	Base Legal: Art 35 § 1, III - Lei 9492/97
3-4-4	MANDADOS/OFÍCIOS JUDICIAIS	10 anos	Base Legal: Art 205 - Código Civil
3-4-4-1	Mandado de sustação	1 ano após solução definitiva a pelo Juiz	Base Legal: Art 35 § 3, III - Lei 9492/97
3-4-5	ORDENS DE CANCELAMENTO	1 ano	Base Legal: Art 35 § 1, III - Lei 9492/97
3-4-6	DOCUMENTOS QUE INSTRUIRAM A AVERBAÇÃO NO REGISTRO	1 ano	Base Legal: Analogia art 35 § 1, III - Lei 9492/97

A eliminação dos dados pessoais, findo o prazo de manutenção e/ou necessidade legal, será realizada através de métodos de descarte seguro ou mediante a aplicação de métodos de anonimização.

Cabe ressaltar que 1º Tabelionato aplica medidas administrativas, técnicas e físicas, buscando proteger as informações pessoais contra perda, roubo, uso indevido, bem como evitando acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição dos dados.

Neste sentido, os dados pessoais coletados são acessados somente por profissionais devidamente autorizados, respeitando os princípios da proporcionalidade, necessidade e relevância, além da conformidade ao Provimento nº 74/2018, do Conselho Nacional de Justiça.

6) COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados coletados pelo 1º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre são compartilhados apenas para as seguintes finalidades:

- a) Pagamento de emolumentos realizados pelo pagador através de instituições financeiras, sendo utilizados tão somente para a finalidade de processamento do pagamento em adequação à cobrança registrada. Segundo regramento do Banco Central, o emissor deve identificar e comunicar à instituição financeira os dados do emissor e do pagador, entre os quais nome e CPF/CNPJ.
- b) Pagamento de títulos protestados através de cartão de crédito, sendo a utilização de dados pessoais vinculada em adequação à operadora do cartão de crédito.
- c) Redes sociais, tais como o Whatsapp, Facebook, Instagram, utilizados para interação ou conexão ao Tabelionato mediado por tais plataformas.
- d) Adequações derivadas de bases legais:
 - i) IEPRO – Instituto de Protesto de Títulos do Rio Grande do Sul: Central de informações, protestos e certidões. Nos termos da Consolidação Notarial e Registral – CNNR – Provimento nº 1/2020 – CGJ.
 - ii) BOAVISTA – Entidade de crédito: relação de títulos protestados e cancelamentos. Nos termos do artigo nº 29 da Lei 9492/97.
 - iii) CENPROT – Central de informações, protestos e certidões. Nos termos do artigo nº 41 da Lei 9492/97, do artigo 8º da Lei nº 13.775 e do Provimento nº 87/2019 do CNJ.
 - iv) CRA – Central de Recepção de Arquivos: entidade centralizadora nacional para remessa de protestos, títulos e informações FEBRABAN. Nos termos do artigo nº 41 da Lei 9492/97.
 - v) Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF – Nos termos do Provimento nº 88/2019 do CNJ.
 - vi) Prefeitura de Porto Alegre: títulos CDA apresentados para protesto e retorno de informações processadas. Nos termos da Lei 9492/97.
 - vii) CEF – Caixa Econômica Federal: títulos apresentados para protesto e retorno de informações processadas. Nos termos da Lei 9492/97.
 - viii) CDT – Central de Distribuição de Títulos de Porto Alegre: entidade para fornecimento de Certidões e apresentação de títulos para protesto, compartilhada pelos Tabelionatos de Protesto de Porto Alegre. Nos termos do artigo nº 7 da Lei 9492/97, parágrafo único.

O 1º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre não compartilha dados pessoais de forma gratuita ou comercial, salvo nas hipóteses de cumprimento de obrigações legais ou mediante autorização judicial.

7. IDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

O controlador, conforme a LGPD, detém a competência sobre as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, tais como as finalidades e os meios de tratamento, sendo neste Tabelionato identificado como EVANDRO NOGUEIRA DE AZEVEDO, Tabelião do 1º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre, localizado na Avenida Independência, 925 – 2º andar – Independência – Porto Alegre/RS, telefone (51) 3021.5600.

8. IDENTIFICAÇÃO DO OPERADOR

O operador, segundo a LGPD, é o responsável pela realização do tratamento de dados pessoais em nome do controlador, sendo atribuído aos diversos prestadores de serviços contratados pelo 1º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre, a fim de realizar processos inerentes aos serviços do Tabelionato ou para a efetiva gestão dos processos deste.

Na hipótese contratação de empresas nas atribuições de Operador, o Tabelionato exigirá a adoção de meios técnicos necessários à garantia da observância dos princípios que regem o tratamento dos dados pessoais, especificados no art. 6º da LGPD.

9. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O Encarregado de Proteção de Dados (DPO), conforme a LGPD, é o responsável nomeado pelo Controlador para gerir o processo de aplicação da LGPD no estabelecimento, sendo sua responsabilidade, entre outras, a prestação de esclarecimento aos titulares dos dados e ANPD.

No 1º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre o cargo de DPO é exercido por SÉRGIO MANDELLI, cujo contato pode ser efetuado pelo telefone (51) 3021.5604 ou através do endereço eletrônico atendimento@1tab.not.br.

10. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

As informações armazenadas pelo 1º Tabelionato de Protesto são mantidas com rigoroso controle de segurança e constante aperfeiçoamento de ferramentas tecnológicas de proteção em conformidade ao provimento Provimento nº 74/2018, do Conselho Nacional de Justiça.

Sendo assim, o acesso às informações e dados pessoais coletados pelo Tabelionato é restrito aos seus prepostos e operadores no âmbito notarial e administrativo. Ademais, medidas administrativas, técnicas e físicas visam proteger as informações pessoais contra

perda, roubo e uso indevido, assim como evitar o acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição dos mesmos. As operações sobre os dados pessoais coletados são objeto de rastreio de acesso e trilhas de auditoria, além do processo de autorização conforme perfil de autenticação.

11. DIREITOS DOS TITULARES

A LGPD garante ao Titular dos dados pessoais, sob a tutela dos princípios fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, os seguintes direitos:

- a) Confirmação de tratamento, ou seja, o direito a ser informado sobre a existência de tratamento de dados pessoais.
- b) Acesso aos dados pessoais tratados.
- c) Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.
- d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.
- e) Eliminação de dados pessoais, salvo quando autorizada ou exigida conservação para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- f) Informação sobre as entidades públicas ou privadas com as quais houve compartilhamento de dados pessoais.
- g) Informação sobre a possibilidade de não fornecimento de consentimento e sobre as consequências da negativa.
- h) Revogação de consentimento: direito a interrupção temporária ou permanente do processamento de dados pessoais, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

12. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS DADOS PESSOAIS

O Tabelionato de Protestos de Porto Alegre não realiza transferência internacional de dados pessoais.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

Devido ao constante avanço tecnológico, mudanças nas legislações, normas regulatórias e boas práticas, esta Política de Privacidade está sujeita a alterações, razão pela qual se recomenda consulta periódica.

14. VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DA POLÍTICA

A presente política de privacidade foi atualizada em 11 de outubro de 2021 e está em vigor desde 1 de agosto de 2021.

Porto Alegre/RS – 2021.